

GDF garante qualidade de uniformes licitados

ADRIANO CEOLIN

DA EQUIPE DO CORREIO

Este é o segundo ano consecutivo que uma pendenga jurídica entre o Ministério Público e o Governo do Distrito Federal (GDF) ameaça deixar sem uniforme 100 mil crianças inscritas no Renda Minha, programa social que distribui R\$ 45 por aluno na faixa de 6 a 15 anos que esteja

na escola. Desde novembro de 2002, a polêmica gira em torno do edital de licitação para a compra dos kits com duas camisas com manga, uma sem manga, uma bermuda e um agasalho, no valor de R\$ 4,9 milhões.

A diretora de apoio logístico da Secretaria de Educação, Elisabeth Maranini, e a subsecretária de compras e licitação da Secretaria da Fazenda, Gilza Marques,

argumentam que a licitação foi feita de forma correta. E apresentam documentos para provar que o processo resultou na escolha da empresa com oferta mais barata para produção dos 100 mil kits. "Cada um custou R\$ 45. Esse é um dos preços mais baixos do Brasil", diz Elisabeth.

Ela compara os preços dos kits adquiridos pelo GDF com os que comprados pelo governo do Estado de São Paulo. "Lá, eles gastaram R\$ 93." Elisabeth alega também que os uniformes são de boa qualidade. É aí que se encontra o principal ponto de discordância entre o Ministério Público do DF e o GDF.

Na primeira fase do processo de compra, a comissão de licitação pediu ao Inmetro que analisasse amostras dos uniformes apresentadas pelas empresas. Todas acabaram desclassificadas, já que a licitação estabelecia critérios específicos. Em julho, o caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral do GDF, que sugeriu a anulação da primeira fase da licitação. "Isso foi feito porque as empresas acabaram tendo prazos diferentes para apresentação das amostras", explica Gilza.

Educação x MP

A partir daí, foram requisitadas novas amostras de uniformes às

empresas. Porém, a Secretaria de Educação preferiu não submetê-las à análise do Inmetro. "O edital não obriga a análise das amostras por terceiros. É facultativo", diz Elisabeth. A própria secretaria acabou formando uma comissão para avaliar a qualidade das amostras de uniformes. Laudo da comissão definiu a escolha da empresa Hendersen Ltda, que também venceu pelo critério menor preço. O documento tem data de 30 de setembro e a empresa já recebeu um quarto do valor total da licitação.

O Ministério Público alega que a escolha foi feita com "critérios subjetivos, desconside-

rando-se as especificações do edital". "O correto é obedecer o edital. E se foi feita uma análise do Inmetro, a mesma tem de ser considerada", afirma o promotor Ivaldo Lemos, de Defesa do Patrimônio Público Social, autor da petição que resultou em liminar impedindo a compra dos uniformes. Para o GDF, o MP agiu de forma política. "É nítida a ação política da Promotoria. Nós vamos recorrer", afirma Wellington Moraes, secretário de comunicação. "Não sou político. Esse argumento é vazio", rebate Lemos. O GDF espera ser notificado oficialmente para recorrer da decisão judicial.